



AMÉRICA/PERU - Depois da lei, nenhum passo concreto para resolver os problemas dos povos indígenas

Pastaza (Agência Fides) – Há mais de dois anos da publicação oficial da “Lei de consulta dos Povos Indígenas” (lei n. 29785 de setembro de 2011), que deveria resolver o conflito social causado pelos numerosos programas de extrativismo nos territórios indígenas peruanos, a lei parece estar se tornando motivo de conflito. “Desde a emanção da lei, nada foi feito; ao contrário, existe um conjunto de normas administrativas que ameaçam o processo” afirma a Comissão Nacional de Direitos Humanos, em declaração enviada à Agência Fides.